

Guilherme de Souza Nucci

# Leis Penais e Processuais Penais Comentadas

vol. 1

**10<sup>a</sup>** edição  
— revista, atualizada  
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

*Copyright* © 2017 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 8.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 19.01.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N876L

Nucci, Guilherme de Souza

Leis penais e processuais penais comentadas – vol. 1 / Guilherme de Souza Nucci. – 10 ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-7271-4

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal. I. Título.

14-12194

CDU: 343.2(81)

# ÍNDICE GERAL

|                            |      |
|----------------------------|------|
| Tábua de Abreviaturas..... | XVII |
|----------------------------|------|

## Abuso de Autoridade

|   |   |
|---|---|
| Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965 – Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade ( <i>arts. 1.º a 29</i> )..... | 1 |
|---|---|

## Atribuições da Polícia Federal

|   |    |
|---|----|
| Lei 10.446, de 8 de maio de 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1.º do art. 144 da Constituição ( <i>arts. 1.º e 2.º</i> )..... | 53 |
|---|----|

## Biossegurança

|  |    |
|--|----|
| Lei 11.105, de 24 de março de 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1.º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências ( <i>arts. 24 a 29</i> )..... | 63 |
|--|----|

**Consumidor**

|   |    |
|---|----|
| Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (arts. 61 a 80 e 119) ..... | 75 |
|---|----|

**Contravenções Penais**

|   |     |
|---|-----|
| Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais(arts. 1.º a 72) ..... | 101 |
|---|-----|

**Crimes Eleitorais**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 – Institui o Código Eleitoral (arts. 283 a 364).....   | 195 |
| Lei 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências. (art. 11).....                 | 259 |
| Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9.º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. (art. 25)..... | 264 |
| Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições (arts. 33, 34, 35, 39, 40, 68, 72, 87 e 90) .....  | 265 |

**Discriminação de Gravidez**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências (arts. 1.º a 6.º) .... | 277 |
|---|-----|

**Discriminação de Portadores de HIV**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids (arts. 1.º e 2.º)..... | 283 |
|---|-----|

**Discriminação Racial**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (arts. 1.º a 22) ..... | 289 |
|--|-----|

**Drogas**

|  |  |
|--|--|
| Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para |  |
|--|--|

|  |     |
|--|-----|
| repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências ( <i>arts. 1.º a 75</i> ).....  | 331 |
| <b>Estatuto da Pessoa com Deficiência</b>  |     |
| Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ( <i>arts. 88 a 91</i> ).....   | 487 |
| <b>Hediondos</b>   |     |
| Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5.º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências ( <i>arts. 1.º a 13</i> ).....   | 495 |
| <b>Idoso</b>   |     |
| Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências ( <i>arts. 1.º a 7.º; 93 a 109 e 118</i> ) .....   | 525 |
| <b>Interceptação Telefônica</b>  |     |
| Lei 9.296, de 24 de julho de 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal ( <i>arts. 1.º a 12</i> ).....  | 561 |
| <b>Investigação Criminal Conduzida por Delegado de Polícia</b>   |     |
| Lei 12.830, de 20 de junho de 2013 – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia ( <i>arts. 1.º a 4.º</i> ).....   | 593 |
| <b>Lei Geral da Copa</b>   |     |
| Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 – Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970 ( <i>arts. 30 a 36</i> ) ..... | 599 |
| <b>Licitações</b>  |     |
| Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências ( <i>arts. 81 a 108; 125 e 126</i> ).....  | 609 |
| <b>Locação de Imóveis Urbanos</b>  |     |
| Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes ( <i>arts. 43 e 44</i> ).....   | 651 |

**Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo**

**Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990** – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências (*arts. 1.º a 23*)..... 661

**Propriedade Industrial**

**Lei 9.279, de 14 de maio de 1996** – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (*arts. 183 a 210*) ..... 731

**Proteção a Vítimas e Testemunhas (Delação Premiada)**

**Lei 9.807, de 13 de julho de 1999** – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (*arts. 1.º a 21*) ..... 791

**Segurança Nacional**

**Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983** – Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências (*arts. 1.º a 35*) ..... 813

**Sigilo Financeiro**

**Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001** – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências (*arts. 10 a 13*) ..... 855

**Terrorismo**

**Lei 13.260, de 16 de março de 2016** – Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5.º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n.ºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013 (*arts. 1.º a 20*) ..... 865

**Torcedor**

**Lei 12.299, de 27 de julho de 2010** – Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências (*arts. 1.º, 2.º e 4.º; 41-B a 41-G da Lei 10.671/2003; 5.º e 6.º*) ..... 893

**Transplantes**

|   |     |
|---|-----|
| <b>Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997</b> – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências ( <i>arts. 14 a 20</i> )..... | 911 |
|---|-----|

**Violência Doméstica**

|   |     |
|---|-----|
| <b>Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006</b> – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências ( <i>arts. 1.º a 46</i> )..... | 937 |
|---|-----|

|   |     |
|---|-----|
| <b>Referências Bibliográficas</b> ..... | 985 |
|---|-----|

|                               |      |
|-------------------------------|------|
| <b>Índice Remissivo</b> ..... | 1001 |
|-------------------------------|------|

|                             |      |
|-----------------------------|------|
| <b>Obras do Autor</b> ..... | 1013 |
|-----------------------------|------|

**Guilherme de Souza Nucci**

# **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**

**vol. 2**

**10<sup>a</sup> edição**  
— revista, atualizada  
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright* © 2017 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 06.02.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N876L

Nucci, Guilherme de Souza

Leis penais e processuais penais comentadas / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – vol. 2 – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-7272-1

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal. I. Título.

14-12201

CDU: 343.2(81)

# ÍNDICE GERAL

## Armas

- Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências (*arts. 1.º a 37*) ..... 1

## Colegiado em Organização Criminosa

- Lei 12.694, de 24 de julho de 2012 – Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas (...) e dá outras providências (*arts. 1.º, 2.º e 10*) ..... 65

## Computador

- Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências (*arts. 12 a 16*) ..... 75

## Criança e Adolescente

- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências (*arts. 1.º e 2.º; 225 a 244; 262 e 263; 266 e 267*) ..... 83

**Estrangeiro**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 – Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências (arts. 1.º a 3.º; 18-A e 18-B; 27; 42-A; 57 a 94; 125 a 128; 140 e 141) ..... | 151 |
|--|-----|

**Execução Penal**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal (arts. 1.º a 204) ..... | 185 |
|--|-----|

**Falência**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (arts. 1.º a 4.º; 168 a 188; 192; 200 e 201) ..... | 433 |
|--|-----|

**Genocídio**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 2.889, de 1.º de outubro de 1956 – Define e pune o crime de genocídio (arts. 1.º a 7.º) ..... | 473 |
|---|-----|

**Identificação Criminal**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 12.037, de 1.º de outubro de 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5.º, inciso LVIII, da Constituição Federal (arts. 1.º a 9.º) ..... | 487 |
|--|-----|

**Índio**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Dispõe sobre o Estatuto do Índio (arts. 56 a 59 e 68) ..... | 501 |
|--|-----|

**Juizados Especiais Criminais – JECRIM**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (arts. 1.º e 2.º; 60 a 97) ..... | 513 |
|--|-----|

**Lavagem de Capitais**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 9.613, de 3 de março de 1998 – Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências (arts. 1.º a 18) ..... | 585 |
|--|-----|

**Meio Ambiente**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (arts. 1.º a 82) ..... | 627 |
|---|-----|

**Organização Criminosa**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências (arts. 1.º a 23 e 27) ..... | 769 |
|---|-----|

**Prisão Temporária**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 7.960, de 21 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre prisão temporária (arts. 1.º a 7.º) ..... | 831 |
|---|-----|

**Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores**

|   |     |
|---|-----|
| Decreto-lei 201, de 27 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências (arts. 1.º a 9.º)..... | 849 |
|---|-----|

**Serviços de Telecomunicações**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n. 8, de 1995 (arts. 183 a 185) ..... | 877 |
|--|-----|

**Sistema Financeiro**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 7.492, de 16 de junho de 1986 – Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências (arts. 1.º a 35) ..... | 887 |
|---|-----|

**Tortura**

|   |     |
|---|-----|
| Lei 9.455, de 7 de abril de 1997 – Define os crimes de tortura e dá outras providências (arts. 1.º a 4.º) ..... | 947 |
|---|-----|

**Tráfico de Pessoas**

|  |     |
|--|-----|
| Lei n.º 13.344, de 6 de outubro de 2016 – Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) (arts. 1.º a 17) ..... | 965 |
|--|-----|

**Trânsito**

|  |     |
|--|-----|
| Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (arts. 291 a 312-A; 340 e 341) ..... | 989 |
|--|-----|

|   |      |
|---|------|
| <b>Referências Bibliográficas</b> ..... | 1033 |
|---|------|

|                               |      |
|-------------------------------|------|
| <b>Índice Remissivo</b> ..... | 1049 |
|-------------------------------|------|

|                             |      |
|-----------------------------|------|
| <b>Obras do Autor</b> ..... | 1063 |
|-----------------------------|------|